



**Intervenção de Libério Domingues  
Coordenador da USL/CGTP-IN  
Membro da Comissão Executiva da CGTP-IN**

A União dos Sindicatos de Lisboa e a CGTP aderiram desde a primeira hora a esta iniciativa do MUSP, identificando-se totalmente com as suas razões e objectivos, empenhando-se na sua preparação e organização, em conjunto com os sindicatos do sector da saúde e com outras estruturas do movimento sindical unitário.

O Serviço Nacional de Saúde é uma das mais importantes conquistas da Revolução de Abril.

Ter acesso a um Serviço de Saúde eficaz e eficiente, que promova a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida é um direito fundamental que a Constituição da República consagra e que tem no SNS o instrumento fundamental para a sua concretização.

O Serviço Nacional de Saúde foi criado na perspectiva de ser um serviço de acesso universal, geral e gratuito, como garantia a todos os portugueses (independentemente da sua situação económica e social) do direito aos cuidados na doença e à promoção da saúde e é responsável por inegáveis e fundamentais progressos e resultados ao nível da saúde da população que vive no nosso país.

Saúde e lucro são duas palavras que não jogam uma com a outra, mas esse não é o entendimento de muitos interesses e grupos financeiros para quem a saúde constitui uma oportunidade de negócio que não querem desperdiçar, muito pelo contrário.

E por isso, desde cedo, o SNS foi alvo de enormes ataques.

Os ataques têm sido gradualmente crescentes, numa cruzada em que assumem particulares responsabilidades os sucessivos Governos PS-PSD-CDS cujas políticas muito têm contribuído para a fragilização do SNS, em prol do benefício dos privados.

Um dos marcos deste ataque é a crescente privatização da saúde, de que a retirada dos hospitais públicos do sector público administrativo e a sua passagem a hospitais EPE ou PPP constitui um pilar fundamental. São as (por más razões) famosas Parcerias Público Privadas que, longe de trazerem racionalidade ao sistema, são responsáveis por uma enorme dívida acumulada e, pame-se (ou não) são feitas precisamente com os mesmos grupos que prestam cuidados de saúde no privado (Grupos Mello e companhia). Digamos com todas as letras e sem medo das palavras - É um VERGONHA!

Na sua vertente mais recente, o ataque à saúde pública universal e gratuita promovido pelas troikas nacional (PS-PSD-CDS) e internacional (FMI-BCE-EU) - de cariz claramente neoliberal, de ataque ao Estado social e promotor de cortes completamente cegos num área tão delicada e fundamental como a saúde - é inaceitável e tem que ser travado!

Enfrentamos hoje uma enorme ofensiva contra os serviços públicos e as Funções Sociais do Estado, nomeadamente por via das medidas tomadas no âmbito da saúde: como o corte significativo efectuado nas transferências do Orçamento do Estado para o SNS; o estrangulamento financeiro dos Hospitais; o aumento das taxas moderadoras (que em média, atingiu 100%); o aumento do custo dos medicamentos; o fim do apoio ao transporte de doentes; o encerramento de inúmeros serviços de proximidade entre outras medidas que limitam e dificultam o acesso e desse modo colocam em causa o direito Constitucional à Saúde, tornando-a inacessível a um número crescente de Portugueses.

Esta é a política que tem reduzido de tal ordem as despesas do Estado com a saúde que estas já se encontram aos níveis de 2003 (e pretendem ainda ir mais longe). Esta é uma questão merecedora de grande preocupação, pois é responsável por situações de enorme sufoco financeiro, com consequências extremamente graves na prestação dos cuidados de saúde!

Esta é a política responsável por um aumento sem precedentes das taxas moderadoras, que (a título de exemplo) mais que duplica o custo suportado

pelos cidadãos para acesso às consultas dos centros de Saúde ou às urgências polivalentes.

A este propósito sejamos claros, a redução das idas às urgências (uma quebra de 14,7% na região de Lisboa) não pode ser desligada deste aumento das taxas moderadoras e não pode ser, por sua vez, desligada do aumento dos números de mortes no nosso país, como estamos a assistir. É que o acesso à saúde é em muito casos a possibilidade de acesso à vida, e a sua falta pode ser responsável por mortes que podem e devem ser evitadas!

Esta é a política que reduz os custos do Estado com os medicamentos à custa duma penalização ainda maior dos cidadãos, em vez de enfrentar os interesses instalados no sector. E são muitas, e cada vez mais, as pessoas que deixam de tomar medicamentos ou que reduzem a sua toma porque não têm dinheiro!

Esta é a política responsável por processos desumanos e de enorme injustiça face aos profissionais de saúde, profissionais estes que são o rosto e o pilar humano fundamental da prestação dos cuidados de saúde (que prestam, muitas vezes, em condições de enorme dificuldade).

Esta é a política responsável pelo encerramento indiscriminado de serviços e valências hospitalares, com consequências graves em Lisboa de que o encerramento recente das urgências do Curry Cabral e de outros serviços, ou o anúncio de intenção de encerramento da Maternidade Alfredo da Costa são exemplos tristemente emblemáticos.

Destruir uma unidade de referência como é a MAC é desperdiçar todo um património tecnológico e humano que deixa de estar ao serviço da população do distrito e do país.

Neste sentido, tal como foi decidido em reunião plenária de trabalhadores no passado dia no 10 de Abril, apelamos às populações e aos profissionais de saúde para que no dia 19 de Abril, às 18h30 participem na Marcha em Defesa da Maternidade Alfredo da Costa, que é também a luta pela defesa do Serviço Nacional de Saúde!

O SNS pode e tem que ter futuro!

Por isso a USL e a CGTP-IN continuarão a sua luta intransigente pelo Serviço Nacional de Saúde :

- Pela separação efectiva entre o setor público e o setor privado e a promoção das sustentabilidade, reorganização e financiamento adequados, acabando com desperdícios desnecessários;
- Pelo reforço da dotação financeira do Serviço Nacional de Saúde
- Pelo aumento do número de trabalhadores, bem como a estabilidade de emprego e a valorização das Carreiras dos profissionais de saúde, fundamentais à qualidade dos cuidados prestados;
- Pela eliminação total das taxas moderadoras;
- Por uma aposta séria nos cuidados de saúde primários, com investimento em recursos adequados, sobretudo humanos, pois estes devem constituir o pilar do SNS e proporcionar o acesso universal a cuidados de saúde de proximidade.
- Pela reintegração das EPE e Parcerias Público Privadas no Sector Público Administrativo;
- Pela criação de um Laboratório Nacional e Público de produção de medicamentos e implementar a produção nacional de medicamentos.
- Pelo apoio do Estado à investigação clínica e epidemiológica necessárias à produção nacional de medicamentos, de preferência de carácter público.

Camaradas e amigos, estamos aqui, como estão muitos milhares de cidadãos noutros pontos do país, porque não abrimos mão dos princípios, valores e conquistas de Abril, dispostos a lutar pela sua defesa e afirmação!

**Pela nossa saúde, vamos continuar a lutar!**

**VIVA O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE!**

**Lisboa, 14 de Abril de 2012**